

O ABRIGO COMO POSSIBILIDADE



Iniciativa

Apoio institucional





Conselho de Administração

Presidente: Synésio Batista da Costa
Vice-Presidente: Carlos Antonio Tilkian
Secretária: Regina Helena Scripilliti Velloso
Conselheiro Honorário: Fernando Henrique Cardoso
Membros: Albert Alcoullombre Júnior, Antônio Carlos Ronca, Antonio Delfim Netto, Beatriz Sverner, Bento José Gonçalves Alcoforado, Boris Tabacof, Daniel Trevisan, David John Curren Morley, Eduardo José Bernini, Fernando Machado Terni, João Nagano Júnior, José Carlos Grubisich, José Eduardo Planas Pañella, José Roberto Nicolau, Lourival Kiçula, Maria Ignês R. de Souza Bierrenbach, Nelson Fazenda, Oscar Pilnik, Paulo Saab, Roberto Oliveira de Lima, Therezinha Fram e Vitor Gonçalo Seravalli

Conselho Fiscal

Membros: Audir Queixa Giovanni, Charles Kapaz, Geraldo Zinato, João Carlos Ebert, Márcio Ponzini e Mauro Antonio Ré

Conselho Consultivo

Presidente: Jorge Broide
Vice-presidente: Miriam Debieux Rosa
Membros: Antônio Carlos Gomes da Costa, Araceli Martins Elman, Dalmo de Abreu Dallari, Edda Bomtempo, Geraldo Di Giovanni, Isa Guará, João Benedicto de Azevedo Marques, Lélío Bentes Corrêa, Leoberto Narciso Brancher, Lídia Izcson de Carvalho, Magnólia Gripp Bastos, Mara Cardeal, Maria Cecília C. Aranha Lima, Maria Cecília Ziliotto, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria Machado Malta Campos, Marlova Jovchelovitch Noletto, Melanie Farkas, Munir Cury, Norma Jorge Kyriakos, Oris de Oliveira, Percival Caropreso, Rachel Gevertz, Rosa Lúcia Moyses, Rubens Naves, Sílvia Gomara Daffre, Tatiana Belinky e Vital Didonet

Secretaria Executiva

Gerente de Desenvolvimento de Programas:
Denise Maria Cesario
Gerente de Desenvolvimento Institucional:
Victor Alcântara da Graça
Equipe: Hellen Ferreira Barbosa, Marina Pereira de Oliveira Abdala, Moacir Merlucci, Renato Alves, Tatiana de Jesus Pardo, Tatiana M. Viana da Silva

Assessoria de Marketing

Coordenadora: Sílvia Troncon Rosa
Equipe: Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti, Cristiane Rodrigues, Felipe Martins Dantas Pereira, Fernanda Pereira Bochembuzo, Hélio José Perazzolo, Ivone Aparecida da Silva, Jacqueline Rezende Queiroz, Kátia Gama do Nascimento, Marina Biagioli Manoel, Milene de Oliveira Sousa Silva, Pablo Finotti, Tatiana Cristina Molini, Tatiana Rodrigues

Área de Direito à Proteção Especial

Coordenadora: Daniela Resende Florio
Equipe: Andréia Lavelli, Márcia Cristina Pereira da Silva Thomazinho, Marília Correia dos Santos, Marisa Cedro de Oliveira, Sabrina Buccolo Sancheta

Esta publicação é o resultado da sistematização do trabalho realizado com nove abrigos da rede Abrigar e Rede Nossas Crianças, iniciativa desenvolvida pela Fundação Abrinq com o apoio institucional do Instituto Camargo Corrêa.

Coordenação geral

Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa

Mesas de trabalho

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Lygia Tibiriçá Hülle
Regina Célia Prandini

Sistematização das Mesas de Trabalho

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Lygia Tibiriçá Hülle
Vera Lúcia Galli

Abrigos Participantes

Abrigo Casa dos Inocentes
Abrigo Lar na Casa de Meu Pai
Associação Sítio Agar
Casa Abrigo Raio de Sol
Educandário Dom Duarte
Fundação Francisca Franco - Projeto Menina Mãe
Grupo Assistencial e Promocional São Januário
Lar do Menor de Mauá
Programa Social Gotas de Flor com Amor - Abrigo Anália Franco



Índice

Introdução.....	5
I Parceria.....	6
II O método.....	6
III As premissas.....	8
IV O processo grupal e a construção do conhecimento	
1. O que é um ambiente propício para aprender?	9
2. É para mudar ou para manter?	9
3. Quais qualidades queremos que as crianças desenvolvam enquanto estiverem no abrigo? Que pessoas almejamos formar?	12
4. “Com um olho no peixe e o outro no gato” - quem é o educador do abrigo?....	13
5. As famílias no abrigo	14
6. Os voluntários no abrigo	17
7. O projeto político-pedagógico do abrigo	19
V Considerações finais	24
VI Produções do grupo realizadas durante as Mesas de Trabalho e sistematizadas pelas coordenadoras.....	26
VII Referências bibliográficas	29
VIII Bibliografia consultada	30
IX Notas finais – fundamentação teórica	31

Observação: Ao longo dessa sistematização, além das notas de rodapé, o leitor encontrará as notas finais, enumeradas em algarismos romanos.



“Garantir o direito à sobrevivência é fundamental, mas é só o primeiro passo. Ninguém quer apenas sobreviver”

Pedro Demo



ABRIGO, INSTITUIÇÃO QUE REFLETE E INCORPORA O ABANDONO VIVIDO PELA POPULAÇÃO QUE ATENDE

“A instituição toma a face da população que atende.” Esta frase retrata a análise feita por José Bleger¹, quando se aprofunda na complexidade vivida pelas instituições, considerando, entre outros fatores, o fato de que as instituições tendem a reproduzir os problemas que têm de enfrentar, ao invés de transformá-los, o que seria sua função.

“Por responder às mesmas estruturas sociais, as instituições tendem a adotar a mesma estrutura dos problemas que têm que enfrentar”¹ José Bleger

Entretanto, observando-se e refletindo a respeito dos abrigos, tal situação não se revela como um processo intencional e consciente, nem tampouco como movimento individual (dos abrigos), e sim expõe a sua complexidade^{II}, tendo em vista o significado que estes adquirem na rede de instituições e no imaginário coletivo.

Enredados por muitas situações complexas, tais como as que estão descritas nesta sistematização, os abrigos perguntam a si próprios sobre sua função: **“É para mudar ou é para manter?”**

Com a função de acolher crianças e adolescentes em situação de risco, os abrigos tendem a repetir, nas suas formas de existir, o risco vivido na exclusão, qual seja, o boicote ao poder ser e à legitimidade de suas próprias existências.

Considerados “um mal necessário”, vistos como impostores e como aqueles que não deveriam existir, os abrigos revelam, muitas vezes, aquilo que a sociedade não quer (ou não consegue) olhar^{III}. Podem ser, sob esta perspectiva, negados, ignorados e criticados pelos parceiros e observadores. Paradoxalmente, o contrário também acontece: podem ser mitificados, considerados aqueles que vão suprir todos os cuidados (educação, saúde, moradia) que as políticas públicas não deram conta de atender.

Embora assolados por este difícil paradoxo, que faz com que oscilem entre o papel de herói e de vilão, os abrigos são encarregados, além de acolher as crianças, de considerar as suas famílias, também em risco por se encontrarem impossibilitadas (temporariamente ou não) de proteger os seus filhos.

Sem dinheiro, sem apoio, entre a fama de incompetentes e a de semi-deuses, os abrigos se empenham para não corresponder a este lugar de abandono, incompetência, ou de instituição total, e tentam clarear qual é a sua função real. Num esforço significativo, buscam sua legitimidade para construir uma política de acolhimento e reconstrução de pertencimento e cidadania, não só para sua população, mas também para si próprios. Os abrigos necessitam sair do lugar de abandono.

Foi considerando esse contexto que a Fundação Abrinq (Programa Nossas Crianças) e o Instituto Camargo Correa (Programa Abrigar), ancorados no trabalho que vêm desenvolvendo com os abrigos, uniram-se para desenvolver as *Mesas de Trabalho* que sistematizamos a seguir.

¹ José Bleger - médico, psicólogo, psicanalista e professor universitário. Desde a década de 60 tornou-se um autor conhecido por seus trabalhos sobre Psicanálise, Psicologia, Grupos e, principalmente, Instituições. Maiores detalhes a respeito desse fenômeno institucional estudado por Bleger, podem ser encontrados nas notas finais (fundamentação teórica), no final desta sistematização



I. A parceria

A Fundação Abrinq e o Instituto Camargo Correa desenvolvem, em parceria, as Mesas de Trabalho com os abrigos.

A sistematização aqui descrita, composta por cinco *Mesas de Trabalho*, é fruto dessa parceria, por intermédio da qual foram convidados representantes de nove abrigos, participantes da *Rede Abrigar* e da *Rede Nossas Crianças*. No período de agosto a novembro de 2005, tais representantes se reuniram com o objetivo de levantar as conquistas, assim como as contradições e paradoxos dos abrigos, para construir sua superação. Esta sistematização servirá, posteriormente, como base para a construção de paradigmas, diretrizes e indicadores de qualidade, que possam fornecer parâmetros e nortear as ações dos abrigos.

II. O método

1. O que são as Mesas de Trabalho

Sistematizando o saber extraído da experiência

As *Mesas de Trabalho* tiveram sua origem na Colômbia com Bernardo Toro². Assim como a *pesquisa ação* e a *pesquisa participativa*³, as *Mesas de Trabalho* propõem uma abordagem de reflexão e análise, a partir da valorização da riqueza da experiência, assim como de todos os conhecimentos que estão embutidos nessa vivência e dão significados a ela. Desta forma, o conhecimento popular, a tradição, o conhecimento científico e o real contato com as contradições, estão incorporados na prática.

Para tornar viável a reflexão dessa experiência e vivência, e discutir as provocações propostas pelos coordenadores, são utilizados vários recursos (verbais e não verbais) tais como: discussões em pequenos grupos, jogos dramáticos criativos, construções individuais e coletivas de desenhos, painéis artísticos, entre outros. Em seguida, as sínteses de cada uma dessas reflexões são compartilhadas e discutidas no grupo composto por todos os participantes.

O movimento é em espiral – as provocações levam a uma coleta de dados e a um processo de reflexão e análise que, por sua vez, acionam outras reflexões e sínteses. Neste sentido, novas hipóteses e premissas são consideradas, premissas estas que projetam possibilidades para recriar o presente e construir o futuro.

2. O papel dos coordenadores

Nesta metodologia, cabe aos coordenadores propor situações e levantar questões que suscitem no grupo um mergulho na experiência e, ao mesmo tempo, favoreçam um distanciamento desta: O que estamos vivendo? Quais são os problemas com que nos deparamos no cotidiano? Quais são as nossas conquistas? Para onde caminhamos?

O ponto de partida para a construção do conhecimento é a prática cotidiana descrita por cada participante, com todo o colorido das emoções e sentimentos que nela se apresentam. Consideradas as peculiaridades de cada participante, a construção extrapola o individual e é elaborado um pensamento grupal.

O conhecimento construído em cada uma das *Mesas de Trabalho* serve de referencial e instrumental para a próxima Mesa. Tendo como base os objetivos propostos e a construção grupal, os coordenadores planejam, organizam, pesquisam e formulam novas questões para o próximo encontro.

Cabe aos coordenadores apresentar, no início de cada uma das Mesas, a síntese da construção grupal, com o objetivo de propiciar ao grupo a apropriação dos conteúdos construídos.

² Bernardo Toro é um intelectual colombiano, com grande experiência e capacidade de argumentação sobre diferentes questões. Suas análises e reflexões sobre a educação na América Latina fogem dos padrões esquemáticos de visões tradicionais, enfatizando o papel da comunicação e da mídia para o desenvolvimento da democracia.

³ BRANDÃO, C.R.(org.) Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1999.



Também compete aos coordenadores favorecer que o grupo tenha acesso a outros conhecimentos – teorias, serviços, parceiros – que possam ampliar as perspectivas em relação ao trabalho que vêm realizando.

3. A sistematização

A fase final de todo este processo é quando ele é organizado e categorizado pela sistematização, com o objetivo de trocar, ampliar e difundir o conhecimento construído. O que se pretende é compartilhar, para que as experiências, incluindo erros e acertos, enriqueçam as práticas e estas sejam fontes de novas e maiores experiências.

A sistematização pressupõe o respeito às pessoas que participaram do processo. Isso significa potencializá-las como pessoas, atores, autores, produtores do conhecimento. Conforme já desenvolvido em outro trabalho (GULASSA, 2005)⁴

Ao invés de se preocupar com a explicação dos fenômenos sociais e educacionais depois que eles aconteceram, a finalidade desta metodologia é favorecer a construção de conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação, pelo grupo que está vivenciando este processo, para que ele possa viver de forma cada vez mais lúcida e autônoma seu papel de protagonista e de ator social.

Para isto, é primordial o respeito às histórias, ao jeito de ser de cada um, fortalecendo o protagonismo e a criatividade, saindo do estereótipo de que “*uns sabem tudo, e outros não sabem nada, de que uns tem permissão para ser na sua diferença e outros não tem esta permissão*”. A metodologia exercita a inclusão na relação dos participantes entre si e na relação com sua população alvo.



⁴ A Fala dos Abrigos: saber e propostas de mudanças construídos coletivamente no processo grupal de formação de profissionais de abrigo. Anais: V Congresso do NESME - IV Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental - VII Jornada da SPAGESP, 12 a 15 de maio de 2005, Serra Negra.



III. As premissas

Para desenvolver as *Mesas de Trabalho*, partimos de algumas premissas. Elas fundamentam as bases da discussão e ao mesmo tempo traçam os objetivos de onde queremos chegar.

1. Partimos das medidas propostas pelo art.92, do E.C.A e suas propostas para o Abrigo

Artigo 92:

As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III - atendimento personalizado em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

PARÁGRAFO ÚNICO - *O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito.*

2. O abrigo como possibilidade

Se no abrigo se trabalha com situações de risco, consideramos que é sua função pensar possibilidades e encaminhamentos para superação destas.

Partimos então de alguns princípios que possibilitem definir a identidade desta instituição para a construção do seu trabalho e exercício de sua função.

Assim o abrigo **não é** isolamento, **não é** asilo, **não é** ausência de afeto, **não é** ausência de vinculação, **não é** massificação e impessoalidade. Ao contrário, consideramos o abrigo como possibilidade, lugar de pertencimento, de vinculação, de afetividade e, sobretudo, de instrumentalização para **conhecer** e, a partir daí, construir possibilidade de pertencimento e inclusão de seus atendidos.

3. O abrigo como construção de identidade e de projeto de vida da criança e do adolescente

Partimos também do princípio de que o alicerce da tarefa do abrigo é proporcionar à criança/adolescente a *consciência de si* e de sua *possibilidade de ser*, com e pela conquista de um projeto de vida protagonizado e inclusivo.

O abrigo conta com o diferencial de ser um espaço comunitário, com relações de grupo significativas, em que a individuação da criança e do adolescente pode ser construída em função das relações presentes (dentro do abrigo) e das relações possíveis na comunidade (fora do abrigo).

4. O abrigo como espaço transitório

A concepção de provisoriedade e transitoriedade no abrigo são definidas pelo ECA art. 101, item VIII, parágrafo único: "O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade".

Partimos do pressuposto de que essa transitoriedade não significa ausência de relações ou vínculos; não significa tampouco esvaziamento do conteúdo e da seriedade do trabalho realizado no período de abrigamento.

Ao contrário, a transitoriedade comporta e ressalta toda a importância da vinculação e a busca consistente de fortalecimento da identidade e de perspectiva de inclusão da criança. O desabrigamento, pressuposto básico, só é possível, se houver um trabalho efetivo e de qualidade no abrigo.

Não havendo possibilidade da criança ser inserida em família substituta, o abrigo precisa construir, com os jovens, projetos específicos que favoreçam a sua inclusão e o seu pertencimento à comunidade.



IV. O processo grupal e a construção do conhecimento

Muitas provocações foram feitas, pelas coordenadoras, para os integrantes das *Mesas de Trabalho*, com o objetivo de que relatassem suas experiências e desenvolvessem opiniões. Desta forma, trouxeram suas vivências, discutiram, analisaram, avaliaram suas argumentações e teceram inúmeras considerações sobre suas aspirações e seus desejos de mudança, assim como sobre os paradoxos e as contradições presentes no seu trabalho.

1. O QUE É UM AMBIENTE PROPÍCIO PARA APRENDER?

Tendo como base o ambiente que desejávamos desenvolver para a realização das *Mesas de Trabalho*, assim como aquele a ser construído no abrigo como espaço de aprendizagem, os participantes revelam que um ambiente favorável para a aprendizagem representa:

- Um espaço onde cada um se perceba como único, insubstituível, com valor próprio, compreendendo que aquilo que faz tem significado; no qual a experiência de cada um possa ser trazida sem camuflagem, sendo expressa pelo seu jeito único de ser.
- Um espaço onde cada um ouça e possa ser ouvido, sendo acolhido em sua diferença. Em que os participantes queiram se conhecer e ser conhecidos.
- Um espaço onde as diferenças possam surgir, ser respeitadas, e as divergências possam vir à tona, pois estas permitirão a evolução e o esclarecimento das situações em questão.
- Um espaço aonde as trocas vão se intensificando, a interação é crescente, o diálogo se torna cada vez mais importante e a partilha, a solidariedade e a comunicação se aprofundam.
- Um espaço onde haja um direcionamento, um planejamento, uma organização. Precisa haver um caminho. O grupo precisa ter um objetivo, uma tarefa em comum para desenvolver. Se isto não acontecer, o grupo não se desenvolve.

Esta construção coletiva do desejo de um ambiente propício para aprender trouxe, além do clima a ser construído nas *Mesas de Trabalho*, o clima a ser construído no abrigo, para desenvolver a possibilidade de protagonismo de todos os envolvidos. Um clima propício para **“aprender a ser”**^{TV}.

Os participantes manifestam, então, uma questão fundamental, que permeia todas as *Mesas de Trabalho*:

2. É PARA MUDAR OU PARA MANTER?

“É muito forte quando a gente está trabalhando num abrigo, a gente acaba se identificando com a não realização. Mesmo porque a gente é muito olhada desta forma. É difícil lidar com gente que nos olha, é muito importante a gente ir transformando este processo para sair do lugar...para sair do lugar de não conquista. É para mudar ou para permanecer? Como a gente muda? A gente tem que olhar estas coisas porque elas são os boicotes... sem perceber a gente está permanecendo, recriando o abandono.”

Enfrentando as contradições presentes, e cientes de que as mudanças no abrigo não são fáceis de realizar, os participantes das *Mesas de Trabalho* deparam-se com situações que podem pretender mudanças, mas que parecem camuflar valores que são contrários a elas. Corre-se o perigo de fazer de conta que se muda, mas na realidade continua-se na mesma. E os profissionais se perguntam: *é para mudar ou para manter?*

2.1. Os nomes dos abrigos mantendo significados de uma cultura a ser superada

“Não é verdade que o nome é elemento constitutivo da identidade? É como eu me apresento, como sou conhecido, como o outro me vê, me interpreta.”

Os abrigos têm um enraizamento no passado, em que prevalece a visão de que a sua população é orfã, pobre, abandonada e vitimizada. Os participantes das Mesas percebem que há um movimento de mudança presente nos abrigos e, no entanto, os nomes destes revelam uma âncora no passado; eles refletem, muitas vezes, uma visão sócio-cultural que os mantêm no lugar de vitimização, de lamentação, de não possibilidades.



Tais nomes tendem a impregnar a identidade de seus integrantes, remetendo-os à impotência, ao lugar menor, à falta e à impossibilidade de ser: *“Se eu sou só para lamentar não preciso ser alguém”*.

A criança acaba adquirindo a identidade proposta e transmitida pela instituição, sem que ela (instituição) tenha consciência da sua real influência. Os profissionais reconhecem que o trabalho de mudança nos abrigos é lento, de formiguinha, é mudança de raiz, de cultura⁵. Não representa só mudança interna destas instituições, mas também de identidade, o que significa mudança de como são vistos por toda uma rede de relações e de significados.

O fato dos profissionais perceberem-se atuantes potencializa-os, e a consciência destas contradições torna-os mais fortalecidos; são, neste sentido, autores do processo de mudança.

Desvendar os processos que envolvem e influenciam os abrigos contribui de maneira significativa para as mudanças nestas instituições, cujos nomes serão, com o tempo, também reconsiderados. O trabalho de mudança nos abrigos e em seus nomes refletirá na rede de relações e proporcionará uma nova identidade.

“Só a consciência desta situação vai nos fazer transformar. Como a gente lida? Se a gente não percebe, a gente vai repetir”.

2.2. De depósito de coitados para o lugar de protagonistas

“Quanto mais a gente olha ele como coitado, mais coitado ele fica”.

Segundo os educadores, os papéis do abrigo e o do restante da sociedade são complementares e podem se estereotipar. Os vitimizados assim permanecem e os doadores também se mantêm.

“Parecem ser complementares estes dois papéis, os vitimizados e os cuidadores/doadores. Temos que cuidar para que isto não se perpetue”.

Da mesma forma, é preciso viver fortemente o papel de pobre, para sustentar financeiramente um abrigo. É necessário pedir dinheiro escancarando a pobreza, senão ninguém dá.

A maior parte dos abrigos é sustentada por arrecadação, pela caridade, verba cada vez mais difícil de conseguir. Menos da metade dos abrigos é assumido pelo poder público e visto como direito⁵. A ausência de condições adequadas para se desenvolver um trabalho de qualidade nos abrigos é notória.

Se o abrigo é uma instituição que se propõe a proporcionar mudança do lugar social de sua população (isto é, se o abrigo se propõe a que esta alcance a emancipação), é necessário *exercitar, ele próprio, um outro lugar social e sair do papel de ser menos, ser pobre, ser pedinte*.

No entanto, segundo os profissionais, ao *depósito de coitados* acabam sendo destinados os restos, aquilo que sobra. Sobras de alimentos, roupas padronizadas e homogêneas, alimentos vencidos são constantemente ofertados aos abrigos, que se vêem na posição de aceitar incondicionalmente e agradecer.

Ligada ao assistencialismo, parece prevalecer a cultura, conforme refletem os educadores⁶, de que *“eu tenho que carregar o outro que não pode, eu tenho que ajudar àquele que está mal”*.

A mentalidade predominante parece ser a de que o abrigo é lugar de quem não pode, de pobre, tem que viver de coisas pobres e, por conseguinte, assim se manter^{VI}.

Os educadores reconhecem, no entanto, que é necessário ter consciência, ter essa visão, para mudar a cultura, a postura, garantir os direitos da criança e meios de superação para sair deste lugar.

“É necessário distinguir acuradamente entre fazer assistência por direito de cidadania e acabar com a cidadania ao fazer assistência”. Pedro Demo

⁵ Pesquisa a respeito do reordenamento dos abrigos da cidade de São Paulo (p.74). Ver ref.bibliográfica.

⁶ O termo “educador” é utilizado no sentido de que todos os profissionais do abrigo são educadores.



2.3. Entre Cinderela e Gata Borralheira

“Ela pensa que é Cinderela, mas é Gata Borralheira”⁷

Os educadores perguntam: *Qual é o real lugar da criança que está no abrigo? O que realmente lhe pertence? O que devemos lhe oferecer?*

Os educadores consideram que estas não são perguntas simples de responder e enfrentam muitas contradições: Será que aquilo que o abrigo oferece está muito distante da realidade da criança?

No abrigo, a criança tem muitas (e boas) refeições, tem contato com roupas e objetos que não possuía em sua casa, tem acesso à saúde, terapia, educação - recursos que não tinha com sua família. A moradia, no abrigo, apresenta em geral um padrão mais elaborado do que aquele que ela, criança, teve acesso.

O que significa isto? Perguntam os educadores. Estamos dando oportunidade ou favorecendo a ilusão? Estamos criando necessidades que ela não poderá ter futuramente satisfeitas? Estamos mostrando um mundo que ela nunca poderá conquistar?

Os profissionais se sentem confusos, percebem a complexidade da situação; principalmente aqueles educadores que vivem também numa situação de certa privação.

Percebem que o melhor seria se a criança tivesse acesso a condições de vida mais favoráveis junto a sua própria família. No entanto, avaliam que, não sendo isto possível, a criança só poderá desejar melhores condições de vida e lutar por isto, caso um dia tenha experimentado e tido contato com situações melhores. O abrigo é, neste sentido, o espaço privilegiado^{VII} para este propósito.

“Ela aprende que tem outras coisas que ela pode ter. Se eu não experimento eu não sei o que posso querer, daí fica muito limitado. A gente acha que não é só perguntar: o que você quer? Não é assim, tem que aumentar o repertório.”

Os profissionais percebem que a criança tem o direito de desejar, sonhar, querer e ter melhores condições de vida. Será que o abrigo tem que ser pobre e educar pobremente? Será que ele deve ser mais pobre do que a pobreza fora? O que é necessário, o que é supérfluo?

Os educadores refletem que seria perverso para a criança sair da situação de risco e de pobreza para uma situação de maior pobreza. Percebem que pensar sobre o que oferecer de melhor é uma reflexão permanente que precisam ter com as crianças nos abrigos, assim como têm com os próprios filhos. Ou seja, é uma reflexão que está vinculada às diferenças entre necessidade e consumo e à concepção de “educar para quê?”.

Pensar constantemente *“que educação eu quero dar, que homem eu quero formar”*, e conduzir as ações do abrigo para os objetivos traçados, devem ser pressupostos básicos do projeto pedagógico do abrigo e do educador. Os profissionais consideram a educação como *“oportunidade de ser, de se tornarem pessoas cidadãs e autônomas”* e, neste sentido, a educação no abrigo deve ter um caminho muito claro, objetivo.

A criança, no abrigo, não pode ser aquela que só recebe apaticamente, sempre no papel de assistida. Precisa ser aquela que se fortalece, que se prepara para criar melhores saídas para a sua vida. E para isto ela tem, sim, que receber. Mas, o que ela mais necessita receber são as ferramentas para criar suas próprias saídas.

“Tudo acontece por causa do sonho dela. O desejo é tão importante quanto a realidade, porque sem o sonho a gente não vive. A gente não pode esquecer que as crianças, os adolescentes e nós, temos a capacidade de adequar o sonho à realidade. O meu sonho vai ter a ver com as coisas que eu quero para mim, assim como os deles também. E num determinado momento eu vou saber que algumas coisas vão ficar só no sonho e outras vão passar a ser realidade. A gente não pode achar que o sonho é coisa demais para qualquer um. Se eu estou sonhando é porque eu preciso daquilo, é essencial pra mim.”

⁷ Fala de uma educadora, referindo-se à criança no abrigo. Esta frase foi utilizada para uma dinâmica a respeito da história de Cinderela, com todos os grupos de participantes. As questões propostas foram: Quais os elementos que caracterizam esta história? Quem é a gata borralheira e quem é a Cinderela? Quais os significados dos outros personagens da história/ qual a transformação que acontece na história? E que relações podem ser feitas entre este conto e as reflexões que estão sendo feitas sobre os abrigos?



Os educadores refletem que Cinderela e Gata Borralheira são a mesma pessoa em momentos diferentes e que toda Gata Borralheira pode ser Cinderela. Integram as duas personagens e percebem que a Gata Borralheira já tinha um potencial dentro de si, que foi desenvolvido porque teve apoio de outros. No entanto, refletem que a Gata Borralheira jamais poderia ser Cinderela se não confiasse neste potencial e não fosse à luta para conquistar o que almejava.

O abrigo, refletem os educadores, pode ser o lugar em que a criança tenha experiências e relações significativas para viver e desenvolver seu potencial.

3. QUAIS QUALIDADES QUEREMOS QUE AS CRIANÇAS DESENVOLVAM ENQUANTO ESTIVEREM NO ABRIGO? QUE PESSOAS QUEREMOS FORMAR?

“Queremos formar um cidadão com autonomia - primeiro de tudo um cidadão. Ele precisa se colocar como um cidadão, com autonomia, responsabilidade, ética, feliz e com vontade própria, vontade de ir atrás.”

- Ao pensar nos objetivos educacionais dos abrigos em relação à criança/adolescente, os profissionais dão maior ênfase à participação e ao protagonismo.
- É importante que as crianças e adolescentes escolham, decidam, falem o que sentem, tomem consciência de quem são, como são, o que gostam, o que não gostam.
- Que possam saber e falar sobre sua família e a situação em que se encontram (de acordo com o seu entendimento) e serem acolhidos.
- Que tenham direito à individualidade: suas próprias roupas e pertences e espaços individuais (cama, armário).
- Que possam participar de rodas de conversas, da organização, dos cuidados com as rotinas da casa, da construção das regras, etc...
- É preciso cuidar para que as crianças não sejam tratadas como “coitadas”, não tenham excesso de proteção, mas, ao contrário, tenham oportunidade de descobrirem seus dons e qualidades, sua força, perseverança, auto-estima, respeito próprio.
- Que possam viver situações diversificadas dentro e fora do abrigo, encarar e falar sobre suas dificuldades, para transformá-las em oportunidades.
- Que aprendam a olhar a vida com esperança, olhar também o lado positivo das coisas.
- Possam ousar, criar, inventar saídas novas para as situações, desenvolver a vontade própria de ir atrás das coisas, desenvolver autonomia.
- Que possam ter atividades próprias às suas idades.
- Que possam acreditar que fora do abrigo há uma vida a ser descoberta.

3.1. Queremos realmente crianças e adolescentes protagonistas?

Dialeticamente, ao traçar os objetivos e ideais em relação à educação da criança e do adolescente no abrigo, os educadores percebem também um outro lado: os reais conflitos, as resistências a que estes criem seu protagonismo. Questionam quais os resultados que realmente se almeja no trabalho com eles.

Em várias ocasiões, quando as crianças e os adolescentes dos abrigos se posicionam e dizem o que sentem, muitos adultos reclamam que eles estão ficando *“arrogantes e criando asinhas”*.

Os educadores acreditam que o desejo das pessoas, em geral, é de que as crianças e os adolescentes do abrigo não dêem trabalho, sejam bonzinhos e cordatos e mais bem comportados do que quaisquer outros (embora tenham vivido situações complexas e muitas vezes violentas).

Sabem também (os educadores) que para ter crianças e adolescentes protagonistas é preciso dividir com eles o espaço de ação



e de realização; estes precisam ter a possibilidade de se expressar, de ser crianças. Constatam a necessidade de se investir nos abrigos para que haja um ambiente adequado, educadores suficientes e com preparação específica.

4. “COM UM OLHO NO PEIXE E O OUTRO NO GATO” - QUEM É O EDUCADOR DO ABRIGO.

Debates sobre quem é o educador do abrigo, qual o seu perfil e suas necessidades, perpassam todas as *Mesas de Trabalho*.

A frase acima, citada por um dos profissionais, mostra a necessidade do educador estar muito atento à diversidade de situações que se apresentam: “*Precisa desenvolver um olhar bem sensível frente às mínimas coisas que podem estar acontecendo*”. Os profissionais sabem que desenvolver os objetivos propostos⁸ é sempre um desafio, e que chegar às conquistas⁹ exige preparo dos educadores; percebem que eles precisam se capacitar continuamente, pois serão fundamentais nesse processo educativo. Sabem que trabalhar com as crianças e no abrigo - enquanto instituição de assistência e educação – é trabalhar também e, principalmente, a si próprios.

4.1. Das características do educador do abrigo, segundo os profissionais

- Segundo os profissionais dos abrigos, o educador precisa ser especializado nesta área, diferentemente do senso comum difundido de que qualquer um pode cumprir este papel - basta gostar de criança.
- Precisa ser bem informado, atualizado, conhecer a realidade social na qual trabalha, caso contrário pode culpar a mãe, a avó ou a própria criança, pela situação em que estão.
- Tem que ter domínio e consciência do seu trabalho porque está inserido numa situação complexa e, em geral, é muito questionado pelos parceiros, pela sociedade, etc.
- É importante ter clareza do significado do que faz, para não se tornar um tarefeiro, executando coisas sem saber por quê.
- É necessário ser porta-voz da criança, porque é ele quem melhor a conhece. Torna-se, também, defensor dos direitos da criança.
- Precisa buscar constantemente sua formação. Tem necessidade de se realimentar, trabalhar suas angústias e dúvidas, refletir firmemente sobre seu papel, para descobrir saídas criativas a partir das dificuldades que encontra.
- Tem que ousar, superar os medos, porque está sempre enfrentando o inusitado, os caminhos não estão prontos.
- Trabalhar em equipe é fundamental, pois muitas vezes outros membros da equipe podem auxiliá-lo a encontrar saídas para suas dificuldades. Por exemplo, outros educadores podem criar vínculos com as crianças com as quais determinado educador não tem tanta afinidade ou podem mostrar outros ângulos dos problemas a resolver.
- Seu trabalho é mais que um salário é um significado de vida.

4.2. Do desenvolvimento do trabalho do educador, segundo os educadores

- O foco do trabalho do educador tem que ser a criança.
- O educador desenvolve seu trabalho construindo um vínculo de amor e respeito com a criança e um relacionamento baseado em confiança e afetividade.
- Em sua relação com a criança, o educador compreende cada uma em sua individualidade, história, cultura. Cuida, orienta e acolhe cada criança em sua angústia, acreditando sempre no seu potencial.
- O educador trabalha em função da verdade, honrando suas falas e promessas feitas para as crianças. Jamais faz falsas promessas ou falas vazias.

⁸ Descritos no item 3 desta sistematização

⁹ Idem



- Torna-se um ponto de referência, permite que a criança realize ações, faça escolhas, mas permanece vigilante para poder orientá-la.
- É capaz de olhar todas as crianças em suas especificidades. Pode ter afinidade maior com uma ou outra, mas tem uma disponibilidade interna para lidar com todas e cada uma e perceber aquelas que mais precisam.
- O vínculo com a criança é construído no dia-a-dia: conhecendo-a, respeitando-a, interpretando seus sentimentos e ajudando-a a se expressar. Para isto acontecer, o educador precisa desenvolver a leitura de todo o processo de comunicação da criança, das crianças entre si e de como este processo está ocorrendo no grupo de crianças.

“Você tem que entender o jeito da criança se comunicar. Às vezes ela faz o contrário, é agressiva mas está querendo chegar perto; se você não souber como lidar, você se afasta e afasta a ela também.”

- O afeto e o limite precisam estar presentes. A ‘firmeza amorosa’ mostra que o educador ao mesmo tempo em que é firme, trabalha com carinho.
- É importante estar sempre aberto para as mudanças que a criança manifesta. Cada dia ela pode apresentar um lado diferente. O educador precisa conhecer a criança e o adolescente e permitir que eles mesmos construam sua história.
- Comunicação e discussão das situações são fundamentais. Trocar informações entre plantões, criar meios de comunicação como relatórios, cadernos de comunicação, conversas na chegada e saída, informações sobre a rotina, unem e dão segurança aos educadores. Reuniões quinzenais ou semanais propiciam “alinhar a fala” e construir propostas coletivas.

4.3. Das dificuldades do educador

- **Pode se identificar com a falta:** o educador muitas vezes se identifica com a falta vivida pelas crianças e tem dificuldade em perceber seu próprio trabalho. A supervisão é um apoio importante neste sentido.
- **Quer que a criança ou a família corresponda à sua expectativa.** Muitas vezes a expectativa do educador não é a da criança ou a da sua família. Ele precisa cuidar para não impor suas próprias expectativas, mas despertar na criança e na família seus próprios sonhos e desejos.
- **Age de acordo com os estereótipos do educador “bonzinho” e educador “mauzinho”:** Por um processo de sedução, por não saber o que fazer ou por não ter recursos para enfrentar as dificuldades, o educador se coloca no papel de bonzinho, deixando de se posicionar, de colocar limites. Finge que não vê as situações que necessitam sua intervenção. É omissivo no seu desempenho. O educador mauzinho exerce o papel contrário. Está sempre bravo e não apóia ou acolhe a criança. Ambas as situações necessitam do suporte da supervisão.

4.4 Das necessidades do educador

- **Ser reconhecido e valorizado em seu trabalho:** é muito importante que o educador seja reconhecido e valorizado pela realização do seu trabalho, dada a complexidade e especificidade deste, que requer qualificação e aprimoramento constantes. Precisa, inclusive, receber um salário digno e condizente para exercer esta função.
- **Participar de reuniões, de encontros, com diferentes profissionais do abrigo:** o educador precisa trocar experiências, discutir e compartilhar conquistas, dúvidas, dificuldades, para construir uma linha comum de atuação e uma rede de apoio mútuo.
- **Ampliar suas perspectivas e conhecimentos:** ter possibilidade de participar de cursos, seminários, congressos, para estar continuamente se capacitando e se desenvolvendo profissionalmente.
- **Ter apoio técnico especializado:** é fundamental que o educador tenha supervisão do trabalho que realiza, com profissionais especializados. O apoio técnico propicia que o educador possa se distanciar e compreender as situações sob uma outra perspectiva, favorecendo o processo de discriminação entre suas próprias necessidades e expectativas e as dos outros.



5. AS FAMÍLIAS NO ABRIGO

Num exercício de se colocar no lugar da família¹⁰, em especial no lugar das mães, os profissionais do abrigo retratam-nas, descrevendo muitos dos sentimentos que percebem nesta relação (profissionais do abrigo/família).

5.1. O medo do julgamento

As famílias têm medo de se colocar, sentem-se travadas, com dificuldade de se expressar. Sentem-se constrangidas perante os técnicos do abrigo.

“Eu me sinto humilhada, tenho vergonha porque não sei pegar num lápis. Nunca fui numa escola”.

“Tenho dificuldade de participar dos encontros, fico com medo das pessoas estarem me olhando atravessado, estar me julgando. Queria ter mais liberdade e confiança, mas tenho muita dificuldade... na relação com o Abrigo, com vocês... estou com um novo companheiro, não tenho coragem para falar com meus filhos, não me dou bem com o pai deles...”

5.2. O desejo de proteção e cuidados. Com saudades dos filhos, medo de perdê-los

As famílias parecem desejar também para si um lugar dentro do abrigo. Elas querem estar junto com os filhos e receber os mesmos cuidados que eles recebem e, ao mesmo tempo, têm o receio de serem esquecidas, “colocadas de lado”, não serem importantes para seus filhos.

“Poderia ficar aqui dentro do Abrigo junto com meus filhos para vocês cuidarem de mim também? Aqui fora está muito difícil”

“Estou num período difícil. Sinto falta dos meus filhos. Posso ficar aqui?”

“Meu filho fala sobre mim? Eu venho visitar e ninguém liga... fica jogando bola, brincando. Fala alguma coisa sobre mim? Tenho essa tarde para vir aqui e vocês querem ficar conversando comigo? Quero ficar com meu filho e você fica perguntando como eu estou, o que estou fazendo, se arrumei emprego. Deixa eu ficar logo com ele!”

5.3. A sensação de incapacidade e incompetência - querem delegar o filho para o abrigo

Muitas vezes as famílias parecem querer depositar toda a responsabilidade da educação de seus filhos no abrigo. Os educadores percebem que estas atitudes refletem padrões de repetição de abandono nas histórias de vida da família. Além disso, a falta de condições para oferecer cuidados básicos para os filhos (casa, educação), as perdas sucessivas, o alcoolismo, entre outros fatores, parecem gerar a sensação de que o abrigo pode oferecer melhores condições aos seus filhos.

“No meu caso, por exemplo, não quero que ela volte porque eu não dou conta dela. Ela não me obedece... quero que ela fique no Abrigo porque sei que vocês vão arrumar um emprego daqui a pouco e vocês vão dar conta dela porque ela não me obedece. Não sei se eu quero que ela volte”

“Não sei se entendi direito o que a falou, mas fala lá para mim na direção, sou muito envergonhada. Fala para mim.”

“No meu bairro é perigoso, prefiro que fique aí (no abrigo). Aí você vai ter tudo”.

5.4. Desacreditadas e impotentes. Pedido de credibilidade

As famílias parecem se sentir obrigadas a justificar suas atitudes o tempo todo, quer para os profissionais do abrigo, quer para as outras instâncias, tais como o Poder Judiciário e Conselho Tutelar e sentem-se desacreditadas e impotentes.

Segundo os educadores, é possível perceber claramente *“dois mundos bem diferentes, bem separados. Tem o grupo dos coitados... a família acaba sendo excluída, é a ignorante, a que não sabe falar, não sabe buscar sua cidadania e tem o grupo dos que sabem, têm as respostas. Tem todo esse divisor de águas.”*^{VIII}

¹⁰ Exercício proposto pelas coordenadoras, em uma das Mesas de Trabalho. Os participantes tinham como tarefa montar quadros de dramatização da relação abrigo/família.



“Eu parei de beber mas ninguém acredita ... não dá para ter meus filhos assim, preciso trabalhar, é difícil. Não tenho muito estudo, sei lavar, sou diarista. Estou tentando, já estou aqui ha 5 anos mas estou tentando...mas ninguém acredita”

“..fiz tudo que vocês queriam, estou trabalhando, minha casa está arrumada, tem beliche para todo mundo e eles não voltam. O que vocês querem que eu faça? Queria dizer mais uma coisa... quando meu marido morreu meu mundo caiu, foi o momento mais difícil da minha vida... nesse momento realmente não consegui exercer minhas funções maternas... ser mãe é o que me motivava a viver”.

“Vocês queriam que eu trabalhasse? Estou trabalhando, condição financeira eu tenho. Porque eles não voltam?”

“Desde que meu filho está aqui, fiquei um tempo sem visitar porque tive muita vergonha como estou com vergonha de falar agora.”

5.5. Com vontade de sumir

Os profissionais refletem que precisam estar atentos para acolher e potencializar as famílias nos momentos em que aparece a vontade de sumir, de abandonar e desistir de tudo. Os educadores reconhecem que a possibilidade de escutar realmente, acolher a família nesses momentos, pode proporcionar uma mudança.

“Não vou telefonar mais para saber dos meus filhos e também não vou vir mais aqui. Vou sair do trabalho que a senhora arrumou para mim, vou embora e nunca mais vou voltar aqui.”

“Não vou ficar mais, estou muito nervoso, vou ficar cinco minutos com eles e já vou embora.”

5.6. Necessidade de apoio e vontade de compartilhar. Um pedido de ajuda

Os educadores refletem que as famílias solicitam uma aproximação maior, um interesse para a particularidade de suas histórias. Querem ser reconhecidas e acreditadas em suas possibilidades.

Segundo os profissionais, o caminho em direção às famílias tem início com a possibilidade deles, educadores, acreditarem que estas têm um potencial para desenvolver a maternidade, a paternidade, o que vai favorecer, por sua vez, que elas desenvolvam confiança em si próprias.

Os educadores refletem, porém, que muitas vezes se sentem compelidos a corresponder ao pedido de ajuda da família, como se pudessem trazer soluções para todos os problemas por elas apresentados e, quando não conseguem, sentem-se frustrados^{IX}.

“Meus filhos estão no Abrigo, não consigo emprego, o pai deles não quer nem saber, ele fala que vai ficar com as crianças e eu não vou poder visitar. Sinceramente, só se vocês arrumarem uma casa para mim. Meu barraquinho onde moro está caindo, a prefeitura já falou que vai tirar todo mundo de lá. Não tenho mesmo como levá-los. Se vocês arrumarem uma casa para mim...”

“Onde eu moro é muito perigoso eles ficarem sozinhos. Não sei se eu vou ter dinheiro para vir. Vocês vão me ajudar?”

5.7. Dificuldade de visitar - solicitação para aumentar o período de visita aos filhos

Os profissionais refletem que há necessidade das famílias estarem mais próximas de seus filhos. No entanto, reconhecem que nem sempre é simples adequar as necessidades da família às condições de trabalho do abrigo.

“A questão é que é difícil de eu vir, não dá para eu vir. É caro e longe”.

“Quero saber por que só posso ver meu filho 1 hora por semana, de sábado?”

“Desejo muito (visitar mais o filho). Queria saber como ele vai na escola, queria acompanhar um dia junto com ele.... Tão pouquinho tenho ficado com ele...”.

Os profissionais tentam lidar com a complexidade das situações que se apresentam. Percebem suas dificuldades de interação com as famílias, necessidade de desenvolver maior vínculo, intimidade. Percebem que tentam resolver os problemas das famílias como se tivessem a solução. Posicionam-se, muitas vezes, como tendo as “soluções para dar”, oferecendo benefícios.



Percebem, também, que existe uma barreira entre eles e as famílias; possuem um vocabulário distante da possibilidade de entendimento destas (falam de vínculo, de pertencimento e outros vocabulários ininteligíveis para elas). Percebem que geram uma expectativa em relação à família ideal - criam um modelo e não aceitam a família real, com suas características.

Percebem que muitas vezes chegam com superioridade diante da postura de humildade e impotência da família que está ameaçada de perder seu maior bem - o filho. Ao se colocarem neste papel de quem “tem a solução e sabe o que é melhor”, a família é fixada no lugar de incompetência e o abrigo no lugar de quem supre a incompetência.

Os profissionais admitem que buscam um maior acolhimento, uma aproximação maior e que as famílias querem, sobretudo, ser ouvidas, dizer coisas e serem escutadas, acreditadas, incluídas.

Admitem que vivem um momento de mudança com especial atenção para a individualidade e particularidade de cada família, incluindo-as no trabalho realizado pelo abrigo, mas alguns se percebem ainda iniciantes e incipientes neste processo.

5.8 Ações citadas como bem sucedidas nos abrigos no trabalho com as famílias

- Preparação dos funcionários para maior aceitação e acolhimento dos familiares
- Maior flexibilidade no horário de visitas
- Almoço dominical com e para os familiares
- Saídas das crianças e adolescentes para finais de semana com os familiares
- Telefonemas para a família e destas para seus filhos
- Passeios a parques, teatros, com as famílias, crianças, adolescentes e profissionais do abrigo
- Reuniões com realizações de gincana, oficinas de pipas, etc. para pais e filhos e para discussão de temas levantados pela família.
- Trabalho de mediação com profissionais especializados para reaproximação entre os familiares e seus filhos
- Participação dos familiares nas reuniões da escola do filho
- Capacitação dos profissionais para lidar com a violência doméstica
- Supervisão para melhoria do trabalho com as famílias
- Preparação para a construção de uma rede composta por famílias
- Assistência jurídica para os familiares
- Acompanhamento pós-desabrigamento por seis meses

6. OS VOLUNTÁRIOS

O tema “voluntários” apareceu com certo destaque durante as *Mesas de Trabalho*, às vezes adquirindo maior força do que o próprio “funcionário” e tomou vários direcionamentos.

6.1. Cobrindo necessidades básicas

“*Voluntário não substitui o funcionário*”, afirmam categoricamente os profissionais do abrigo. O tempo do voluntário é reduzido e o seu trabalho deve ser proporcional à sua disponibilidade.

No entanto, o número insuficiente de adultos em relação ao número de crianças e a ausência de uma visão educacional profissionalizada, em alguns abrigos, fazem com que o voluntário seja fundamental para oferecer às crianças a possibilidade de melhorar o quadro precário de atendimentos.



“Eu acho que se perdermos os voluntários a gente trava. Eles são fundamentais no nosso trabalho.” - diz um coordenador.

A sobrecarga das tarefas e cuidados vigentes acarreta, para o educador do abrigo, a ocupação (quase que exclusivamente) com os cuidados básicos, como os de alimentação e higiene. Com pouco tempo para se dedicar a outras atividades, para sua decepção, o educador sente que, muitas vezes, cabe ao voluntário o lado melhor da relação: estabelecer um contato lúdico e diferenciado com as crianças.

6.2. Ampliando os atendimentos

Os educadores refletem que o voluntário pode realizar um trabalho complementar muito bem-vindo, mesmo quando a proporção do número de crianças/funcionários é adequada. Não se pretende que o voluntário cubra o trabalho essencial.

O voluntário pode exercer várias funções pré-definidas, segundo citação dos educadores, como levar a criança a passeios, a um tratamento específico semanal, atendimento psico-pedagógico, reforço escolar, alfabetização de algumas crianças, outras atividades culturais, sociais etc.

A presença dos voluntários, quando bem conduzida, é revitalizante, uma vez que eles são pessoas de diferentes faixas etárias, que contribuem com diferentes oportunidades, experiências e aumentam o repertório de relações e ações vividas pelas crianças.

Em geral, os voluntários, principalmente os jovens, estão mais descansados, alegres, livres de todas as tensões institucionais.

No entanto, o voluntário deve ter uma ação bem planejada e acompanhada pelo abrigo, ou ele poderá mais atrapalhar do que contribuir.

6.3. Características essenciais para o voluntário, segundo os educadores

- **Ter um projeto de trabalho e estar envolvido com ele** - O voluntário deve participar de um projeto, com objetivo claro, estratégias e formas de avaliação. Este projeto pode ser feito tanto pelo abrigo e compartilhado com o voluntário para possível adesão, quanto pode ser feito pelo próprio voluntário e ter a adesão do abrigo. Portanto, o projeto do voluntário deve ser encaixado no projeto pedagógico do abrigo.
- **Passar por uma preparação e ter acompanhamento** - O abrigo deve desenvolver uma forma de preparar o voluntário. Isto exige tempo e é trabalhoso para o abrigo. O voluntário proporciona um bom retorno, mas é necessário investir nele.
- **Constância e postura** - Para o resultado do trabalho desenvolvido ser satisfatório, o voluntário deve ser constante. É um trabalho construído. Se for com a criança é baseado no vínculo, nas relações, no conhecimento que ele adquire desta e na proposta de trabalho que desempenha. A postura que o voluntário desenvolve é fundamental. É baseada no saber que constrói sobre a “realidade” do abrigo. Entender a função do abrigo, o tipo de relação e de vínculo que deve construir com as crianças é essencial para o resultado do trabalho. É importante também a relação que mantém os profissionais.

6.4. Dificuldades decorrentes de algumas atitudes do voluntário

Os educadores têm muitas histórias para contar a respeito de algumas atitudes dos voluntários, consideradas inadequadas. Reconhecem, porém, que quando o voluntário é preparado pelo abrigo para desenvolver seu trabalho, surgem resultados importantes e se previnem posturas desfavoráveis, seja para a criança, seja para o abrigo.

As dificuldades comumente encontradas nas atitudes do voluntário, segundo os profissionais, são:

- Não se encaixa no projeto do abrigo. Só quer satisfazer seus próprios desejos e necessidades.
- Tem postura assistencialista. Com dó e pena, trata as crianças como vitimizadas, quer dar várias coisas, traz muitas balas e chocolates.
- Não é constante, abandona o trabalho a qualquer momento, sem criar vínculo com a criança ou sem considerar o vínculo já estabelecido.



- Trata os funcionários como seus empregados, vem cobrar o que não é feito, quer impor dieta e remédios para as crianças, reclama do tratamento proporcionado a estas.

É fundamental, refletem os educadores, que o abrigo realize uma seleção do voluntário. Há pessoas com sérias dificuldades emocionais e de difícil trato que procuram este trabalho visando resolver seus próprios problemas.

6.5. O voluntário estagiário

Outro tipo de trabalho voluntário é feito por estagiários de universidades. Os abrigos utilizam deste serviço, mas ele também requer entrosamento, preparação do estagiário e acompanhamento (no que se refere à sua presença na instituição), para que tenha resultados satisfatórios.

É muito importante que o estagiário tenha comunicação e apoio constante de seu supervisor. Que o abrigo seja informado dos resultados, que receba de volta formação ou informação em troca de um campo de estágio, e que seja considerado parceiro e não usado ou submetido aos interesses das universidades.

6.6. O voluntário da comunidade

Voluntários que residem na comunidade próxima ao abrigo. O trabalho desse voluntário facilita a integração com a comunidade.

6.7. Idéias citadas como bem sucedidas nos abrigos em relação ao trabalho voluntário

- Em troca dos estágios, as faculdades oferecem cursos aos funcionários, além da oportunidade destes participarem do processo de formação dos alunos, contribuindo com o conhecimento específico que possuem. Mantém uma atitude de igualdade na troca de saberes.
- Trabalho com crianças e jovens com dificuldade de alfabetização, com método baseado em leitura de clássicos brasileiros.
- Formação e organização de uma biblioteca.
- Mudanças ao fazer as *sacolinhas de natal*: com objetos de higiene pessoal, auxiliando a criança posteriormente a cuidar de si.
- Oportunidade de a criança escolher, ir comprar seu próprio brinquedo de natal e depois brincarem juntos, voluntário e criança.
- Reciclagem de lixo - projeto visando a preparação e a iniciação das crianças e adolescentes para a reciclagem de materiais utilizados no abrigo.
- Levar a criança à escola, a passeios, etc.

O sucesso do trabalho voluntário é proporcional ao investimento que o abrigo dedica a ele.

7. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ABRIGO

Durante todas as *Mesas de Trabalho*, houve um investimento de todos os seus participantes em objetivar qual é realmente a função do abrigo: Para que serve o abrigo? O que se espera dele? A que esta instituição se propõe, enquanto objetivos e ações educativas? O que se espera como resultado?

Os vários debates e levantamentos surgidos, assim como as reflexões sobre as contradições e conflitos, conquistas e sucessos, levavam a essas perguntas e às suas possíveis respostas.

Outro ponto crucial surgido nas *Mesas* foi o fato de que o processo de mudança vivenciado pelos abrigos envolve um processo de reavaliação de valores, transformação cultural e reconstrução de história.

Este processo suscita a necessidade de revisão (contínua) dos objetivos e das práticas educacionais, para a construção de novas metodologias, realização de novas parcerias e, acima de tudo, reorganização de trabalho através de um projeto político pedagógico.



É um Projeto porque propõe lançar-se, projetar-se para o futuro, rompendo padrões atuais, apostando-se, desta forma, num jeito novo, numa nova possibilidade de funcionamento.

É Pedagógico porque se refere a ações que levam sua população ao desenvolvimento humano, à construção da subjetividade, a processos de aprendizagem.

É Político por estar articulado com o compromisso de promover na sua população, em situação de exclusão, a possibilidade de inclusão, protagonismo, participação, pertencimento e cidadania.

É um processo permanente de discussão e reflexão dos problemas, na busca de alternativas viáveis para efetivação de sua intencionalidade.

Assim, o projeto pedagógico, especialmente o do abrigo, é essencialmente e intrinsecamente político.

Do exercício de reflexão em grupos, realizado nas *Mesas de Trabalho*, surgiram as seguintes bases para a construção do projeto político pedagógico do abrigo:

7.1. Constituir a equipe do abrigo para constituir o projeto político pedagógico

O projeto surge de uma participação ativa da equipe do abrigo, constituída por todos os seus profissionais, da direção ao porteiro.

Cria-se uma organização específica, em cada instituição, que permite a todos discutirem o seu trabalho em função do objetivo do abrigo, da concepção a respeito da criança, da família, da pobreza, etc. A discussão parte dos acontecimentos do cotidiano.

“Eu gostei de construção coletiva, não tinha pensado nisso. Eu pensei na coisa que vem lá de cima determinada. Todos participaram, não é que um fez e o outro obedeceu.”

“O abrigo tem que ter proposta, não pode ser só um lugar de caridade que cada um vai lá e dá o que quiser dar, na hora que quiser dar e depois vai embora.”

7.2. A construção do projeto é um processo, exige tempo

É um processo construído, não é dado. É vivido, passo a passo.

“Qualquer construção principalmente na nossa área é um processo que tem que ser respeitado. Assim como uma semente leva tempo para germinar, para chegar ao auge a construção do trabalho do abrigo na área social, exige também. A gente queria dar a entender essa idéia, é um processo”.

7.3. A supervisão, formação continuada, capacitação dos profissionais é processo contínuo, não termina

O debate e a reflexão constantes sobre o trabalho do abrigo, sobre a criança, a família, o papel do educador, entre outros, são, para os profissionais do abrigo, uma formação continuada. A supervisão contínua, o acesso a informações atualizadas sobre os assuntos pertinentes ao trabalho, o aporte às reflexões técnicas e científicas atuais, são necessidades dos profissionais de abrigo, que querem desenvolver qualidade no trabalho.

“Tenho que me instrumentalizar para lidar com o cotidiano. Essa é a nossa vida, é o nosso trabalho. A gente tem que se fortalecer para lidar com nosso trabalho. Sempre em esperança, sempre”.

“Tem que ter grupos para a gente discutir, para a gente tomar consciência de si, do que eu posso”.

“Se não tiver um apoio, um suporte profissional que está do lado de fora, você acaba julgando mesmo, e se bobear você quer até bater no pai também”.

“Vamos fazendo a leitura das necessidades do que as crianças querem, precisam. Então, dentro dessa leitura, a gente vai construindo. Pelo menos para nós está sendo assim - cada dia melhorando uma coisa aqui, uma coisa ali, mas esse processo é de construção e nunca vai se acabar, sempre vai complementando, melhorando, porque vão surgindo novas necessidades”.



“Hoje é necessário computador para as crianças, para os adolescentes, coisa que antes não era, só tinha dentro do escritório do abrigo. Eles precisam aprender a mexer e faz parte das empresas, das escolas, porque nesses lugares tem isso. A criança desde pequena tem o direito de aprender, conhecer as coisas. Nós pensamos assim, as coisas que estão aparecendo, a gente ir incluindo e melhorando”.

7.4. Um “espaço de escuta”

Uma das marcas principais do abrigo é desenvolver em todos os seus profissionais a capacidade de escuta, o interesse em conhecer, a compreensão de que cada um tem uma história a ser respeitada e reconstruída. O abrigo é um lugar de diagnóstico e encaminhamento. É um espaço facilitador, mediador do crescimento da criança e do adolescente.

“As situações se apresentam de formas diferentes todo dia e a gente tem que estar aberto... Quanto mais você ouve, mais você mostra que está ali para atender”.

“Quer dizer, só vou saber esse histórico se eu parar e ouvir aquela mãe, se eu olhar no olho, se eu levantar o histórico, se eu chegar na casa e tentar estabelecer com ela um pouco mais do porque daquele quadro...”.

“O pai ligou¹¹ dizendo que tinha melhorado, tinha mudado de opinião em relação àquilo e agradeceu pela acolhida, pelo simples fato de eu estar ouvindo ele realmente”.

7.5. A inclusão da família de origem da criança

É recente a inclusão da família da criança/adolescente nas preocupações do abrigo. Segundo os educadores, o processo de trabalho com as famílias tem início com a mudança do “olhar” destes para elas. A mudança acontece com a disponibilidade dos profissionais para entrar em contato com a história das pessoas que integram a família, percebendo qual sua realidade, seu contexto.

Este processo comporta, ainda, a possibilidade de transformar as expectativas criadas em relação a uma família “ideal”. Como é uma família hoje?

Ao escutar a família, os educadores se deparam com diferentes histórias.

“Então é super importante essa inclusão familiar que é diferente. Estamos vivendo situações novas, tudo isso é difícil, não é uma coisa simples de fazer. Não é simples a gente incluir família, não é simples a gente ver a metodologia que se precisa para trabalhar a família. Como a gente inclui essa população que está do lado de fora?”

“Nós já evoluímos no trabalho com a criança e o adolescente. Agora precisamos pensar na família.”

7.6. Os instrumentos necessários para a cidadania, a emancipação, a autonomia e o desenvolvimento. Construção de um projeto de vida da criança e do adolescente

Há uma preocupação dos profissionais de abrigo em propiciar à criança e ao adolescente recursos para se desenvolverem e saírem para o mundo.

O conhecimento que o abrigo adquire da sua população favorece a busca de recursos e de formas de desenvolvimento. Faz parte do projeto do abrigo criar metodologias de investigação para conhecer sua população e assumir a responsabilidade de impulsioná-la para a possibilidade de “aprender a ser”.

Fortalecer suas capacidades cognitivas, sua possibilidade de expressão, conhecer seu potencial e competências.

Construir hipóteses de qual poderá ser o futuro da criança, de como construir um grupo de pertencimento, mesmo que isto se transforme no decorrer do tempo, é a possibilidade da criança poder acreditar que existe um projeto, um futuro para ela.

“Eu vou construir o meu projeto de vida do amanhã, mas não é só pensando no amanhã, é vivendo o hoje”.

¹¹ Um pai que havia visitado seu filho no abrigo



“Tem que ter tempo para criança fazer o que ela quer. A gente tem que supervisionar, é evidente, mas ela tem que escolher a parte do frango que vai comer, tem que escolher o que vai fazer, cada um é um. Então isso vai demonstrando a preocupação com a individualidade, com a constituição da pessoa, com a educação e auto educação, quer dizer o quanto eu preciso pensar e fazer para propiciar essas condições dessa criança se desenvolver daquela forma.”

“Algumas crianças adoram cozinha, elas estão descobrindo as próprias qualidades; fazer as atividades do cotidiano é para ser alegre, não é para ser aquela coisa chata, mas é descobrir o significado de cada atividade”.

7.7. A rede de parceiros

“Nenhuma política social tomada isoladamente é efetiva”

Pedro Demo

“É um desenho em conjunto... Não é pegar aquele padrão de repetição; é um criar novo compartilhando desde o menino, o educador, o voluntário, os diferentes parceiros ao redor... Como envolver todo mundo e criar juntos este novo desenho”.

O abrigo necessita estabelecer parcerias para o desenvolvimento adequado do trabalho que realiza. As parcerias são fundamentais para que o abrigo possa conquistar o seu lugar de espaço público, de reflexão coletiva a respeito da criança/adolescente e da complexidade das situações que estão sob sua responsabilidade.

O papel do abrigo, neste processo, pode ser o de articulador – com a Vara da infância e juventude, Conselho Tutelar, escolas, serviços públicos de saúde e outros parceiros em ação na vida da criança.

A interação desses vários autores é que vai favorecer que, de fato, se constitua um projeto de vida para a criança/adolescente, possibilitando a sua inclusão social. Algumas das parcerias indispensáveis são:

- Com as várias instituições da comunidade – igreja, centros esportivos, centros culturais, centros de formação, entre outros – propiciando que a criança e o adolescente participem de várias atividades, ampliando, assim, o seu repertório de experiências.
- Com os serviços da sociedade civil – cabeleireiros, padarias, farmácias, etc – contribuindo para o desenvolvimento do trabalho. Favorece que as crianças e os adolescentes freqüentem e utilizem o serviço da comunidade, possam ser atendidos, sintam-se valorizados e respeitados em sua individualidade.
- Com os serviços públicos de saúde e educação – favorecendo que a criança e o adolescente tenham acesso a cuidados básicos e específicos, necessários para o seu desenvolvimento e bem-estar.

A construção da rede de parcerias pode promover que o abrigo saia do lugar de isolamento e seja considerado em sua potencialidade.

7.8. Aos 18 anos

A saída do adolescente aos 18 anos é vista com preocupação pelos profissionais do abrigo. Quando o jovem atinge esta idade, os abrigos já não têm mais subsídio dos financiamentos públicos, e espera-se que ele (o jovem) dê conta da sua própria vida. No entanto, os profissionais sabem que muitos desses jovens (como quaisquer outros de qualquer classe social) não estão ainda preparados para uma vida autônoma e emancipada.

Nessas situações, aparece ainda mais forte a necessidade de parcerias da instituição, que tem que contar com a rede pública e com o apoio da sociedade.

É neste momento, também, que a instituição avalia seu trabalho. Os profissionais se perguntam: *“Será que estamos preparando os jovens para a saída? Como conduzir este processo? Qual nosso vínculo com os jovens pós abrigamento?”*

“Não podemos cruzar os braços e dizer missão cumprida, até logo, passar bem”.

Algumas mudanças já se fazem sentir nos abrigos: desde o momento do abrigamento inicia-se uma investigação sobre a situação da família e da criança, pensando-se em quais as possibilidades da volta desta à comunidade.



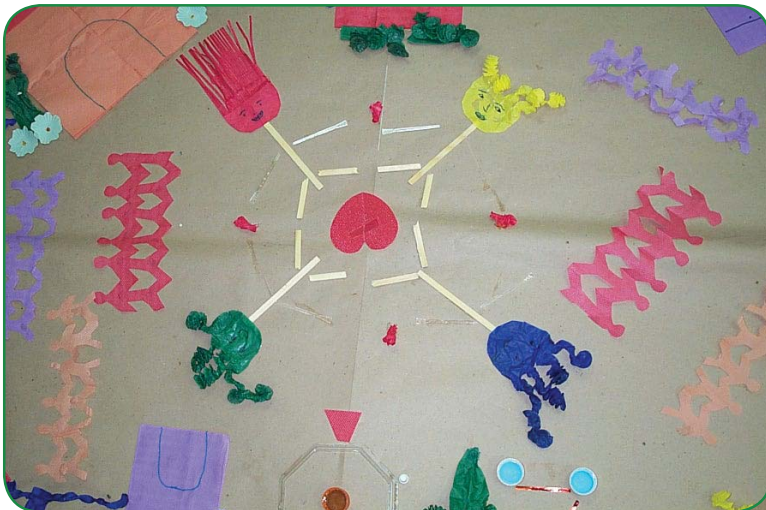
Consideram que só permanecerá abrigada a criança que estiver exposta a risco pessoal. O jovem só ficará até os 18 anos no abrigo, quando não houver possibilidade de algum encaminhamento adequado. Se o jovem não tiver ninguém na comunidade, deverá participar de um projeto facilitador para sua reinserção social.

Vários abrigos já estão desenvolvendo bons trabalhos neste sentido.

Todo o projeto do abrigo, desde que a criança entra, visa a sua autonomia e vinculação, a busca de um lugar na comunidade. Segundo os educadores, as crianças precisam acreditar que há chances para elas lá fora.

É função do abrigo procurar construir com a criança/adolescente e com a rede social a possibilidade de seu pertencimento, e uma rede de apoio mútuo que lhes possibilite viver na comunidade(trabalho, moradia e uma vida digna).

Este, portanto, é um projeto específico, vincular, que faz parte do abrigamento e necessita da rede de apoio social e do serviço público.





V. Considerações finais

Os integrantes das *Mesas de Trabalho* apresentaram, desde o início, motivação e desejo de estarem presentes e compartilhar este processo coletivo. Mostraram uma participação bastante ativa e aberta para a sua própria formação, aproveitando o espaço grupal para trocar experiências, refletir, ampliar e aprofundar os desafios relativos ao abrigo.

O clima desenvolvido no grupo favoreceu trocas verdadeiras, um mergulho na própria realidade, uma reflexão e aprofundamento das questões presentes nos abrigos. O acolhimento promovido, entre os pares, possibilitou que os participantes percebessem as diferenças na evolução dos projetos e se propusessem a aprender uns com os outros, ao invés de competir. Um clima de parceria, de cooperação e de solidariedade diante da complexidade do abrigo, foi instalado. As dificuldades apresentadas eram sentidas como responsabilidades de todos e não cabiam acusações individuais. Foi este clima propício para aprender que favoreceu trazer à tona, além das conquistas, as contradições e dificuldades vividas no abrigo.

Os abrigos representados revelaram diferentes fases de evolução. Embora a situação se mostrasse desafiante e complexa para todos, alguns mostraram já ter um trabalho mais elaborado, profissionalizado, com um nível de consciência bastante evoluído em relação à sua própria função, com condições de trabalho que permitem uma investigação maior sobre a criança e sua família, e com um atendimento personalizado. Outros se mostraram bastante angustiados e despotencializados diante das dificuldades em que se encontravam, tais como ausência de estrutura física e técnica adequada e insuficiência de profissionais contratados, entre outros; contavam com voluntários para garantir alguma atenção mais específica e diferenciada para sua população.

A questão central enfrentada por todos e percebida nos debates foi “*qual seria o papel de mudança atribuído ao abrigo*”, o que significava também considerar a possibilidade de se defrontarem com o perigo da instituição se prestar a perpetuar a exclusão – ao manter as relações de poder vigentes e instalar, pelo viés da assistência mal posta, o lugar da pobreza e da vitimização. **É para mudar ou para manter?**

Manter o pobre no lugar de pobre e os “doadores” numa posição de superioridade parecia ser um perigo fácil de se instalar, pois toda a sociedade parece lidar com esta questão como se as crianças fossem “os coitados dos órfãos” e o abrigo a grande chance de “resolver todos os problemas” ou de aliviar as consciências, diante das diferenças de renda e classe social existentes.

É com as crianças que se busca a reparação, porém, mantendo-as no lugar de abandonadas e vítimas, objetos de pena, para poder cuidar delas. Os profissionais perceberam que os cuidados, ou a assistência, se não forem adequados, podem ter um efeito contrário ao desejado, educando para a impotência, a submissão, solapando a competência de se constituir um sujeito capaz de história própria. Ao invés de proporcionar um projeto de autonomia e cidadania, a instituição pode mergulhar a sua população numa autoconcepção diminuída e proporcionar uma dependência irreversível.

Pelo comportamento da sociedade, a instituição é considerada um resíduo, lugar das sobras, pois a população também é considerada residual. Contudo, essa questão central revelou não só o lugar individual de cada abrigo e sim o lugar que esta instituição ocupa na rede de significados atribuídos aos serviços públicos de atendimentos à população.

Assim, não se trata de considerar somente o abrigo em sua função interna, na autonomia e na cidadania de seus atendidos, mas também em sua função externa, como política institucional. O abrigo precisa buscar formas de ser incluído, pelas políticas públicas e pela sociedade, no seu direito a existir, a pertencer, a ter dignidade, autonomia e sustentabilidade. É preciso sair do papel de indigente e ter voz alta e clara, para ser porta-voz das necessidades e das falácias a que a sua população está exposta.

Se o abrigo incorpora o papel de pobre e incompetente, não tem como promover que sua população supere o “lugar de submetidos”, pois ele fica no mesmo lugar. A forma com que a sociedade critica e nega o abrigo, parece ser um boicote contraditório e perverso à sua *possibilidade de ser*. Crianças são enviadas diariamente aos abrigos e estes, sem dinheiro, sem apoio material ou técnico, são encarregados de resolver a situação por conta própria, sendo responsabilizados e culpabilizados pelos resultados.

As reflexões sobre a Gata Borralheira e Cinderela proporcionaram pensar na autorização que tem o pobre de desejar e sonhar, colocando também em discussão necessidade e consumo. O debate sobre isto parece ter permitido que os profissionais ousassem dar maior acesso à criança ter para ser. De qualquer forma, tais considerações indicam a necessidade de discussão de cada caso de acordo com o contexto, revelando que a reflexão em grupo dos educadores precisa ser constante.



Embora as *Mesas de Trabalho* tenham revelado a criatividade e a força dos profissionais, o peso do trabalho que realizam também muitas vezes se fazia sentir. Os casos das crianças são complexos e o trabalho, de vinte e quatro horas de envolvimento, pode ser exaustivo. A ausência ou a precariedade de condições necessárias – infra-estrutura básica até formação e suporte técnico específico para os profissionais – prejudica o desenvolvimento de um trabalho que é altamente complexo e requer qualificação.

Em relação ao trabalho com as famílias os educadores se percebem ainda iniciantes. Percebem as atitudes de superioridade que têm para com esta população e a necessidade de se reverem, no que diz respeito ao tratamento que dispensam a elas.

Percebem que ainda têm muito que trabalhar em relação à sua própria postura para que possam acolher a família, embora já tenham feito um grande progresso nesta direção.


Nesse processo vivido pelos profissionais, com as *Mesas de Trabalho*, um “salto” fundamental foi conquistado: a percepção do real potencial dos abrigos, assim como dos educadores que vêm, paulatinamente, desenvolvendo os processos de reflexão nos espaços de interlocução. Nem semi-deus, nem “mal-necessário”, o abrigo é um espaço potencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente, enquanto estes lá estiverem.

A “*consciência de si*” desenvolvida pelos profissionais dos abrigos e a oportunidade de serem protagonistas podem favorecer que proporcionem as mesmas condições à sua população. Uma programação cuidadosa e repleta de ações, de escolhas, de possibilidades de expressão e percepção própria, está sendo criada nos abrigos, pelos profissionais, para aqueles que estão sob sua responsabilidade. Não é uma programação fácil, ao contrário, é complexa e repleta de desafios, como é qualquer processo educacional, principalmente para um grupo de risco. Abrir-se para escutar o que as crianças têm a dizer, assim como suas famílias, significa abrir espaço para mais um entrar na roda e dizer coisas que nem sempre são fáceis de assimilar. A forma de o abrigo construir seu trabalho inclui a luta pela sua autonomia e pela sua atuação político-pedagógica.

O novo “desenho” dos abrigos está em processo de construção. Este processo implica, essencialmente, abrir espaços de escuta e interlocução – intra e extra-muros – com todos os setores da sociedade envolvidos na preservação dos direitos da criança/adolescente no que tange às questões sob responsabilidade do abrigo. Significa compartilhar e refletir, para enfrentar as dificuldades e tomar decisões conjuntas.

“Aprender significa reconstruir criticamente a realidade que nos cerca, do ponto de vista do sujeito capaz de história própria. A assistência pode ser feita de forma a reproduzir a subalternidade, reproduzindo o sistema de dominação vigente. Assim, torna-se coisa pobre para pobre. A assistência precisa levar o assistido a libertar-se da ajuda, constituindo-se sujeito autônomo, e não objeto vicário e subserviente.”

Pedro Demo



VI. Produções do grupo realizadas durante as "mesas de trabalho" e sistematizadas pelas coordenadoras

QUADRO I - O abrigo como possibilidade. É para manter ou é para mudar?

A contradição do movimento de mudança. Há um movimento de mudança e uma pressão para que não mude

M. Lucia Gulassa, Lygia Hülle, Regina Celia Prandini

O QUE BUSCAMOS	CONTRA O QUE LUTAMOS
O ABRIGO	
Um lugar de protagonismo de todos: crianças, educadores, voluntários, família e o próprio abrigo.	Barreiras ao exercício de protagonismo. Uma gestão autoritária, centralizadora. Ausência de metodologia participativa.
Que o abrigo seja moradia, privacidade, intimidade. Que exista um projeto em andamento.	Casa de ninguém, todos entram e fazem o que querem – “Casa da mãe Joana”. Cinco papais-noéis comparecem ao abrigo no mesmo horário.
Constante construção da equipe. Construir uma linguagem comum, uma fala sintonizada, uma linha de conduta e uma pedagogia do abrigo.	A dificuldade de saber como construir uma equipe, a dificuldade de horário para se reunir. Ausência de um mediador.
Trabalho de qualidade, educadores profissionalizados em constante formação.	Ausência de profissionalismo. Ausência de formação e supervisão.
Transformação de uma ideologia, mudanças nas relações de poder para sair do lugar de pobre e vitimizado.	Depósito de coitados; tem que se manter no lugar de pobre para receber dinheiro de caridade.
Nomes que representem a proposta atual do abrigo.	Nome representando vitimização.
Articulação em rede, com a comunidade, os órgãos afins: Justiça, Fórum, Conselhos, outros serviços.	Abrigo procurando suprir todas as necessidades – instituição total.
OBJETIVOS EDUCACIONAIS	
Valores conscientes presentes nos educadores. Os objetivos educacionais esclarecem a ação.	Ausência de valores conscientes na ação e nas atitudes dos educadores. Agem pela chantagem, sedução, de acordo com os estereótipos de bonzinhos e mauzinhos.
Prioridade no desenvolvimento humano.	Prioridade no enfoque financeiro em detrimento do desenvolvimento humano.
Permite à criança o sonho, o desejo, a possibilidade de querer, de vir a ser, de vir a ter.	O abrigo tem que ser pobre e oferecer <i>coisas pobres</i> .
As crianças aprendem a lidar com as frustrações (que não podem ter em determinados momentos).	Medo da criança se acostumar com o <i>ter</i> e de se revoltar quando não tem.
Educar a criança para a autonomia e a responsabilidade e terem também (os educadores) autonomia.	Falta de autonomia dos educadores em decisões cotidianas para com a criança. Fiscalizadores querem ordem do juiz para, por exemplo, o menino ir à festa à noite.
As fiscalizações e supervisões funcionam como formação respeitando o educador e seu conhecimento do cotidiano.	As fiscalizações e supervisões são autoritárias, desautorizam o educador e desconsideram o seu conhecimento do cotidiano.
O educador trabalha a auto estima, o protagonismo, a ousadia da criança.	Se a criança fala mais alto é arrogante, “está mostrando as asinhas.”
Percebe os problemas do abrigamento e sua complexidade de forma mais ampla.	Não percebe a complexidade. Culpa a mãe, a avó, a criança, o abrigo.



O QUE BUSCAMOS

CONTRA O QUE LUTAMOS

O COTIDIANO

O abrigo é um lugar de acolhimento, de escuta, de atenção em relação a todos os envolvidos – criança, equipe, família.	Não há a percepção, no abrigo, da importância do acolhimento e da escuta. A infra-estrutura não permite acolhimento e atenção (faltam educadores, falta preparo, falta metodologia).
O ambiente é participativo. Rodas de conversa, reuniões sobre as regras. As crianças decidem, escolhem, se colocam.	As crianças não participam, não fazem parte. São passivas. Só recebem. “São boazinhas.”
As crianças participam de forma educativa das tarefas do dia. Cuidam de si e de seus pertences. Descobrem os seus potenciais. Não há excesso de proteção.	As crianças é que trabalham e os adultos mandam. Ou os adultos trabalham para servir as crianças e elas não participam.
A organização do cotidiano é fundamental. É uma proposta educativa.	Excesso de atividades e “corre-corre” fazem com que as ações cotidianas percam o significado. O educador tende a ser tarefista.
Há um atendimento personalizado. A criança é vista individualmente no grupo. Evita-se massificação. Trabalha-se com as diferenças.	As crianças usam roupas iguais, sapatos iguais. Perde-se a individualidade. Todos têm que comer a mesma coisa. Não se respeitam as diferenças.

DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Atendimento personalizado proporciona a construção do projeto de vida de cada criança. Constrói-se hipótese sobre o seu futuro.	Só se pensa no projeto de vida aos 18 anos.
O abrigo tem como proposta a criança aprender a lidar com a falta, com as frustrações.	O abrigo tenta preencher a falta, oferecendo coisas.
Há sempre acompanhamento e participação em relação à situação jurídica.	Há desconhecimento da situação jurídica.
Constrói-se gradativamente um projeto específico para a saída aos 18 anos para os que não têm família.	Aos 18 anos ficam todos no vazio, não há projeto para este grupo.

COMUNIDADE – FAMÍLIA DE ORIGEM

Constrói-se constantemente segurança quanto ao seu próprio trabalho. Constante reflexão sobre “o olhar do outro sobre si” para administrar a pressão social.	Tem que dar satisfação para Deus e o mundo sobre o seu próprio trabalho.
Os profissionais procuram esclarecer para a comunidade e parceiros a complexidade dos problemas e das crises das crianças.	Para a comunidade a criança nunca pode estar em crise. Criança de abrigo é ou “anjo órfão” ou “infrator”.
O voluntário está vinculado ao projeto do abrigo.	O voluntário faz o que quer. O abrigo está submisso ao voluntário.
Trabalha-se a família para que recupere seu papel protetivo em relação à criança.	A família é vista como incompetente para exercer seu papel parental.
Há um projeto em andamento para se trabalhar a família.	O abrigo não pensa na família como parte de suas preocupações.



QUADRO II – Remédios propostos pelos profissionais para o abrigo

	INDICAÇÃO	CONTRA-INDICAÇÃO	POSOLOGIA
ÂNIMO	Indicado para quem quer mudanças, transformações e ser feliz	Contra indicado para pessoas limitadas, acomodadas, inflexíveis e mal humoradas	Tomar várias gotas, várias vezes ao dia. Em caso grave, uma injeção na veia.
ABRIMAX	Indicado como estimulante energético e fortificante	Contra indicado para pessoas desmotivadas, apáticas, que perderam a capacidade de sonhar e amar	Uma dose diária, spray, drágeas, líquido, nas cores rosa e verde, rosa amor, verde esperança, morango-maçã
ABRIGOL	Cápsula da mudança Indicado quando a temperatura do abrigo estiver em 39.9°.	Contra indicado quando interrompido, pois mata	Sempre frente a situações críticas, que exigem atitude e ousadia
RESILIENSIONEX	Liberação lenta Indicado para levantar a auto-estima, potencializar a autonomia, para casos de reflexão, valorização do trabalho e estimulante para inter-relacionamentos	Contra indicação: não deve ser ingerido por pessoas inflexíveis, rígidas, que não acreditam no seu potencial e nem valorizam o outro. Pode causar gases.	Tomar uma dose ao acordar, em jejum. Não esquecer de agitar depois.



VII. Referências bibliográficas

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.

_____. **Temas de Psicologia, Entrevista e Grupos**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

DEMO, P. **Educação pelo avesso** – assistência como direito e como problema. São Paulo, Cortez, 2000.

DURAND, M. **O medo e os vínculos sociais no Brasil**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia. Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8069, 1990.

GUIRADO, M. Psicologia Institucional. In: RAPPAPORT, C.R. **Temas Básicos de Psicologia**. São Paulo, EPU, 1986.

GULASSA, M.L.C.R. A fala dos abrigos: saber e propostas de mudanças construídos coletivamente no processo grupal de formação de profissionais de abrigo. **Anais: V Congresso do NESME - IV Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental -VII Jornada da SPAGESP**, 12 a 15 de maio de 2005, Serra Negra.

GULASSA, M.L.C.R; HÜLLE, L.T; PRANDINI, R. **Princípios do projeto político pedagógico dos abrigos**. Texto apresentado nas Mesas de Trabalho, São Paulo, 2005.

MELLO, FILHO, J. **O Ser e o Viver**. Uma visão da obra de Winnicott. Casa do Psicólogo, 2001.

MORIN, E. & LE MOIGNE, J.L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo, Petrópolis, 2000.

SEVERINO, A J. O poder da verdade e a verdade do saber, in MARTINELLI, M.L. e outras. **O uno e o múltiplo nas relações entre áreas do saber**. São Paulo, EDUC; Cortez, 1995.

TEIXEIRA, M.C.S. **Cultura escolar: os ritos enquanto práticas simbólicas organizadas no espaço-tempo do grupo**. Palestra proferida no curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, em 14/10/97.

WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975.

CECOAS/SAS – Centro do conhecimento da Assistência Social da Secretaria Municipal da Assistência Social. Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo. São Paulo, agosto de 2004.



VIII. Bibliografia consultada

BRANDÃO, C.R.(org.) **Pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

FERNANDES, W. J.; SVARTMAN, B.; FERNANDES, W.J. **Grupos e configurações vinculares**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p.120-123.

FREIRE, P. **Professora SIM, tia NÃO** – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Ed. Olho d'água, 1998.

GULASSA, M.L.C.R. **Resiliência**. Apresentação nas Formações de educadores de Abrigos – Ciclo I, II e III do Programa Abrigar – e nas Mesas de Trabalho. São Paulo, 2005.

MAHONEY, A .; ALMEIDA, L. (org.). **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo, Ed.Loyola, 2004.

MORIN, E. **A religação dos saberes** – o desafio do século XXI.Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____ **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez, 2004.

VEIGA, I.P.A . (org.). Projeto político-pedagógico da escola – uma construção possível. São Paulo, Papirus, 1995.



IX. Notas finais - fundamentação teórica

¹ Para compreender esta fundamentação, convém esclarecer o processo percorrido por BLEGER (1984) para chegar a ela. Segundo este autor, uma das hipóteses de origem dos processos grupais é de que nascemos numa sociabilidade (e não no isolamento), ainda que estejamos imersos numa indiferenciação, ou seja, para nós ainda não existe “eu” e “os outros”.

Nascemos vinculados a esta indiferenciação e o desenvolvimento, segundo este autor, será caracterizado pelo processo de transformação desse tipo de vínculo – que ele chama de sincrético – numa relação cada vez mais diferenciada, que permita a construção da identidade e nos confira a sensação de sermos distintos dos demais e do mundo. Entretanto, esta sensação não elimina os aspectos indiferenciados que lhe deram origem e, em algum nível, permanecem graus de sincretismo (e, portanto, ambigüidade) na relação social ou grupal.

Segundo Bleger, portanto, a nossa identidade se dá sempre no interjogo entre estes aspectos sincréticos e aqueles mais organizados; a distinção entre estes é possível em função da clivagem dos processos mais primitivos (indiscriminados, confusos) da sociabilidade. Disto resulta que o grupo, para Bleger, não é uma entidade “acima dos indivíduos”, mas sim “o resultante desta possibilidade de se vincular (pela sociabilidade sincrética) e de se relacionar (pela sociabilidade organizada, interativa)”. GUIRADO (1986, p.18). Ou seja, ocorre uma intrincada indissociabilidade entre o indivíduo, a organização grupal e a institucional. O que observamos como entidades separadas e isoladas, na verdade, coexistem. Assim, os abrigos não são alheios às pessoas e mesmo à sociedade e sim são as pessoas e a sociedade. A sociedade não está fora de nós e sim está em nós.

Como relacionamos estes conceitos ao trabalho nas instituições? Para que possamos nos relacionar em grupo e realizar um trabalho em comum, precisamos também estabelecer modelos de interação e de comportamento que são institucionalizados. As instituições tendem, neste sentido, a estabilizar-se como uma organização, com padrões fixos e próprios. No entanto, caso estes padrões se tornem por demais fixos de modo a “garantir” os aspectos organizados do grupo e a imobilizar os aspectos sincréticos, a instituição tende cada vez mais a se burocratizar. Conforme cita Bleger (1998, p.116):

Não é necessário chegar à burocratização extrema; um grupo pode “trabalhar bem” e estar rompendo estereótipos, e isso pode ser real, mas se dá apenas no nível de interação. Se isso persiste leva o grupo a mudar permanentemente; na realidade, é uma mudança para não mudar...”.

Neste sentido, nos abrigos pode haver uma tendência cada vez maior para se organizarem e tratarem dos problemas relativos à situação da criança em risco pessoal ou social (as inúmeras tarefas do dia-a-dia) e cada vez menor para discutir, abrir espaço para todas as questões relativas ao abandono, à violência, à negligência, à pobreza, à ausência de perspectivas (entre outras), questões estas diretamente vinculadas à maneira como socialmente são encaradas.

É fácil admitirmos socialmente, por exemplo, que estes problemas existem, porém é muito mais difícil pensarmos em nós mesmos vivendo ou produzindo estes problemas e sentindo seus efeitos, assim como em suas possíveis soluções ou na ausência delas (aspectos sincréticos). É provável que disto resulte considerarmos (em nossa cultura) que os “abrigos não devem existir”, são um “mal necessário” – os problemas ficam neles (abrigos); eles se tornam “os outros”, alheios a nós mesmos. Talvez, pela dificuldade de pensarmos em saídas criativas para situações que são tão complexas e que demandam, inclusive, uma co-participação de vários serviços e setores, que se apresentam muitas vezes desarticulados.

Se não reconhecemos que somos parte do problema e acreditarmos que a culpa está no outro (no próprio abrigo, na família, no governo e nas políticas públicas, em uma “sociedade” alheia a nós mesmos, por exemplo), não podemos dele cuidar e é no abrigo que se fazem presentes os efeitos. Daí a argumentação de Bleger de que “toda a organização tende a ter a mesma estrutura que o problema que deve enfrentar e para o qual foi criada” (p.116).

A relevância das reflexões de Bleger é que elas favorecem que constataremos a necessidade de abrir espaços de reflexão e interlocução para que os abrigos (seus integrantes) possam “ir e vir” do nível sincrético ao organizado, discutindo as ansiedades, entraves e conflitos no exercício de sua função. O abrigo não pode ser “o outro”.



^{II} É importante considerar, como bem observa MORIN (2000), que a palavra “complexidade” está cada vez mais corrente e que seu uso pode se tornar banal. O fato de ser cada vez mais empregada pode torná-la vazia de significado; daí a importância, fundamenta o autor, de refletirmos a seu respeito. Complexidade significa não isolar ou fragmentar o objeto de seu contexto, sua singularidade, sua localidade, sua temporalidade, seu ser e sua existência. O complexo é aquilo que é tecido simultaneamente e se revela em todos os fenômenos, que estamos acostumados a separar – ordem/desordem, um/múltiplo, todo/parte, objeto/meio ambiente, claro/escuro. Neste sentido, o conhecimento, reflete MORIN (2000), não pode ser extraído de seu contexto e do seu conjunto, rejeitando os laços e intercomunicações com seu meio. Ao contrário, o conhecimento “só pode ser pertinente se ele situar seu objeto no seu contexto e, se possível, no sistema global do qual faz parte, se ele criar uma forma incessante que separa e reúne, analisa e sintetiza, abstrai e reinsere no concreto” (p.91).

^{III} BLEGER (2003) considera que existe uma tendência da sociedade instalar uma segregação entre o que considera sadio e doente, normal e anormal. Desta maneira de um lado permanece ela – sociedade sadia – e do outro os doentes, loucos, delinquentes que, supõe-se, nada têm a ver com a estrutura social. Neste sentido, a sociedade autodefende-se de sua própria loucura, doença e delinquência; aliena, desconhece e trata como se isto lhe fosse alheio e não lhe correspondesse. No caso dos abrigos, é possível que a sociedade se defenda de sua própria falta, abandono e processos de exclusão.

^{IV} DONALD W. WINNICOTT, médico, psicanalista, foi um dos principais autores em psicanálise a ressaltar a importância de que somos produto de uma integração constante e permanente com o meio, resultado do encontro dos processos de maturação com um ambiente facilitador, que possibilite o desenvolvimento das potencialidades que possuímos.

Para Winnicott, é essencialmente pelo “holding” que a criança se sente integrada em si mesma, adquire a sensação de eu sou, eu existo, adquire experiências, enriqueço-me e tenho uma relação com mundo real. Segundo Winnicott, o holding possibilita que a criança sinta que: “meu existir é visto e compreendido por alguém, é-me devolvida (como uma face refletida em espelho) a evidência de que necessito – ter sido percebido como existente”.

O “holding” se caracteriza pela possibilidade da criança se sentir sustentada, atendida e entendida em suas necessidades específicas, o que inclui a capacidade de empatia de quem está cuidando. O “holding” se caracteriza, ainda, pela possibilidade da criança sentir que tem alguém que pode conter suas necessidades e seus sentimentos “mal suportados” ao mesmo tempo que aceita seu sofrimento e sua pessoa.

Esta função pode ser exercida pelo grupo e/ou pela rede de relações da qual a criança faz parte. Neste sentido, o abrigo, por intermédio de seus profissionais, pode ser o lugar possível para propiciar à criança um “holding” que favoreça a sua capacidade de “aprender a ser”.

^V A “cultura” pode ser compreendida, no que diz respeito aos abrigos, de acordo com as contribuições de TEIXEIRA (1997), enquanto universo de sistemas e práticas simbólicas, constituindo, portanto, a identidade do grupo e/ou do indivíduo. Caracteriza-se, dessa maneira, por aquilo que o abrigo representa para seus integrantes – pode estar vinculado (sob este aspecto dos nomes) à missão de salvar os desassistidos, de cuidar, de reformar – e mobilizar no grupo o fato de que perder a cultura seria equivalente a perder a identidade e as raízes.

Ampliando o conceito de cultura, no âmbito do macro-contexto, SEVERINO (1995) fundamenta que não dá para pensar o homem, que é humano, sem considerar a trama de relações sociais que caracterizam a sua existência. Toda e qualquer atividade dos sujeitos individuais é “atravessada” pelo que acontece no tecido social. O conhecimento individual se processa sobre o fundo de uma experiência histórica e coletiva, que lhe é anterior; esse contexto, que vai se complexificando pela contínua articulação de novas experiências, tornadas possíveis pelas passadas e acumuladas, é a cultura, e a cultura é o universo do saber.

^{VI} É importante considerar, sob este aspecto, conforme fundamenta DURAND (2006) que as relações sociais estão mediadas por uma relação superior/inferior, que apresenta fortes resquícios da escravidão e dos vínculos escravocatas, presentes ainda hoje



na vida brasileira. Segundo a autora, “o valor é um pressuposto em gente de primeira e uma conquista para os que na hierarquia social viajam de segunda”. Gente de primeira e de segunda pertencem ao domínio da cultura, se refere à mistura entre classe e raça e tem repercussões sobre a auto-estima das pessoas.

^{VII} JÚLIO DE MELLO FILHO (2001), baseando-se na obra de WINNICOTT, fundamenta como o grupo pode se configurar como espaço potencial. O grupo como espaço potencial (neste caso, o abrigo) se caracteriza como uma área de experimentação, em que a criança pode construir – conforme vai adquirindo confiança em si, em seus próprios recursos – a possibilidade de conviver e enfrentar o que está “fora”, no mundo externo. O espaço potencial se configura pelas trocas de informações, espaços de reflexões, processos identificatórios, experiências emocionais verdadeiras com potencial corretivo (no sentido de a criança, por exemplo, ter experiências satisfatórias, sentir que está sendo percebida e atendida em sua necessidade). Assim, conforme a criança pode experimentar todas essas vivências, nas várias vinculações que se configuram dentro do abrigo, vai também se assegurando de que pode conquistar outros espaços. Os abrigos podem se caracterizar, desta maneira, como um espaço potencial, em que a criança, ao viver todas essas possibilidades, gradualmente conquista sua autonomia.

^{VIII} MICHEL FOUCAULT (1996) define e reflete acerca de alguns procedimentos de exclusão e aqui cabe examinarmos dois deles. O primeiro deles, o da interdição – sabemos que não se pode dizer tudo, não se pode falar de qualquer coisa, principalmente nas regiões da sexualidade e da política. O segundo, da separação e rejeição – há aqueles cuja palavra não têm verdade ou importância; assim, ao ser pronunciada, é vetada pela relação de poder existente. Dependendo do seu lugar social, não são acreditados, não são escutados, ou seja, ainda que sejam ouvidos, suas palavras são desvalorizadas.

^{IX} Sob este prisma podemos novamente recorrer a DURAND (2005). A autora ressalta o quanto a cultura perpassa e impregna também os vínculos institucionais (e seus agentes) dada a complexidade, os desafios e obstáculos enfrentados em relação às demandas sociais.

Traçando um paralelo com o abrigo e as famílias, poderíamos pensar, por exemplo, algumas das necessidades desta última – saúde, educação, habitação, emprego, tratamentos específicos – entre outras. Quem seria responsável por cada uma dessas necessidades e como elas poderiam ser contempladas? Assim, tal qual “batata quente”, cada um dos setores (governo, saúde, educação) responsabiliza e ao mesmo tempo transfere para o outro a provável solução e nas instituições se fazem presentes os efeitos dessa fragmentação. Neste sentido, é possível que no abrigo os profissionais vivenciem os problemas apresentados pelas famílias como se eles fossem os responsáveis por “dar conta” e, quando não conseguem, sobrevivem a sensação de incompetência (às vezes, inclusive, de impotência) como se não estivessem executando algo corretamente.

Ampliando a perspectiva é possível pensar que não se trata de incompetência e sim de refletir se existem, de fato, condições, serviços, coesão, para que as saídas possam ser encontradas. Não ter medo de olhar um problema porque ele talvez não tenha solução, pode favorecer que se busquem parcerias e que sejam encontradas saídas criativas a partir daquela situação.

É provável ao refletirem a respeito desses aspectos os profissionais possam trabalhar com o real potencial (e não o ideal) que têm em mãos – seja do próprio abrigo, da família e dos serviços públicos possíveis.



Av. Santo Amaro, 1386
04506-001 - São Paulo/SP

www.fundabrinq.org.br